



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10980.015841/2007-63  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** **2201-002.509 – 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária**  
**Sessão de** 09 de setembro de 2014  
**Matéria** IRPF  
**Recorrente** ANTONIO CARLOS VIEIRA DE ARAUJO  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA - IRPF**

Exercício: 2003

IRPF. PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS ACUMULADAMENTE. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. TABELA MENSAL. APLICAÇÃO DO ART. 62-A DO RICARF.

O imposto de renda incidente sobre os rendimentos tributáveis recebidos acumuladamente deve ser calculado com base nas tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, conforme dispõe o Recurso Especial nº 1.118.429/SP, julgado na forma do art. 543-C do CPC. Aplicação do art. 62-A do RICARF (Portaria MF nº 256/2009).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, dar provimento parcial ao recurso para que sejam aplicadas aos rendimentos recebidos acumuladamente as tabelas progressivas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido pagos ao Contribuinte.

*Assinado Digitalmente*  
MARIA HELENA COTTA CARDozo - Presidente.

*Assinado Digitalmente*  
EDUARDO TADEU FARAH - Relator.

**EDITADO EM: 25/09/2014**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001

Autenticado digitalmente em 25/09/2014 por EDUARDO TADEU FARAH, Assinado digitalmente em 29/09/2014 por MARIA HELENA COTTA CARDozo, Assinado digitalmente em 25/09/2014 por EDUARDO TADEU FARAH  
Impresso em 20/10/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: MARIA HELENA COTTA CARDozo (Presidente), VINICIUS MAGNI VERCOZA (Suplente convocado), GUILHERME BARRANCO DE SOUZA (Suplente convocado), FRANCISCO MARCONI DE OLIVEIRA, EDUARDO TADEU FARAH e NATHALIA MESQUITA CEIA. Ausente, justificadamente, o Conselheiro GUSTAVO LIAN HADDAD. Presente ao julgamento o Procurador da Fazenda Nacional, Dr. JULES MICHELET PEREIRA QUEIROZ E SILVA.

## Relatório

Trata o presente processo de lançamento de ofício relativo ao Imposto de Renda Pessoa Física, exercício 2003, consubstanciado no Auto de Infração, fls. 05/09, pelo qual se exige o pagamento do crédito tributário total no valor de R\$ 4.064,94, calculado até julho de 2007.

A fiscalização apurou omissão parcial de rendimentos recebidos em decorrência de ação trabalhista movida contra o Banco do Brasil, no valor de R\$ 20.862,24.

Cientificado do lançamento, o interessado apresentou tempestivamente Impugnação, alegando, conforme se extrai do relatório de primeira instância, *verbis*:

*... a Fazenda tributou o total dos rendimentos pelo regime de caixa, sem observar a natureza das verbas que compuseram o valor resgatado e os meses de competência, ou seja, tributando as verbas mês a mês, conforme orientação jurisprudencial. Aduz que a tributação mês a mês é mais justa e a legalmente determinada, afastando a tributação pelo regime de caixa que, além de ilegal é visivelmente confiscatória, portanto, inconstitucional. Acrescenta que, para fins dos cálculos mensais, já apresentou a sentença judicial, os cálculos periciais e demais peças extraídas do processo trabalhista, alegando, ainda, incabível a tributação dos juros, por ser ilegal e contrária ao entendimento doutrinário e jurisprudencial, posto que configuram verba indenizatória e, portanto, isentas do IR.*

*Solicitou-se a diligência de fl. 19, para que a unidade de origem acostasse o dossiê de malha, o que foi atendida pela juntada dos documentos de fls. 21/36.*

A 4<sup>a</sup> Turma da DRJ em Curitiba/PR julgou integralmente procedente o lançamento, consubstanciado nas ementas abaixo transcritas:

**AÇÃO TRABALHISTA. RENDIMENTOS RECEBIDOS ACUMULADAMENTE.**

*No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá no mês do recebimento, sobre o total dos rendimentos, inclusive juros e atualização monetária, por expressa determinação legal.*

**OMISSÃO DE RENDIMENTOS. ALEGAÇÃO DE ISENÇÃO. VINCULAÇÃO À LEI.**

*A aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de proventos de qualquer natureza constitui fato gerador do*

*IRPF, considerando-se isentos apenas os rendimentos expressamente previstos em lei.*

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PROVA.  
APRESENTAÇÃO.**

*Cumpre ao contribuinte instruir a peça impugnatória com todos os documentos em que se fundamentar e que comprovem as alegações de defesa.*

*Impugnação Improcedente*

Intimado da decisão de primeira instância em 22/03/2011 (fl. 44), Antônio Carlos Vieira de Araújo apresenta Recurso Voluntário em 25/04/2011 (fls. 48/51), portanto, tempestivamente, sustentando, essencialmente, os mesmos argumentos defendidos em sua Impugnação, sobretudo a aplicação do regime de competência no cálculo do imposto de renda sobre o rendimento recebido em decorrência de sentença judicial.

O processo em apreço foi julgado em 10 de julho de 2012 e os membros da Primeira Turma Ordinária da Segunda Câmara da Segunda Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), por meio da Resolução nº 2201-000.069, decidiram sobrestar o recurso, conforme a Portaria CARF nº 01/2012.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Eduardo Tadeu Farah

O recurso reúne os requisitos de admissibilidade.

Cuida o presente lançamento de rendimentos recebidos acumuladamente em decorrência de ação trabalhista movida contra o Banco do Brasil.

De início, cumpre esclarecer que a Portaria MF nº 545/2013 revogou os parágrafos 1º e 2º do art. 62-A do anexo II do RICARF (Portaria MF nº 256/2009). Assim, o procedimento de sobrerestamento não é mais aplicado no CARF.

Em sua peça recursal requer o suplicante que “... seja reformando o v. acórdão recorrido, determinarem a aplicação do regime de competência na aplicação do imposto de renda sobre a receita obtida por sentença judicial e que lhe foi paga acumuladamente pelo Banco do Brasil S/A, ajustando-se o procedimento fiscal e a incidência tributária”.

Pois bem, no que tange aos rendimentos recebidos acumuladamente, a autoridade lançadora aplicou à espécie o art. 12 da Lei nº 7.713/1988:

*Art. 12. No caso de rendimentos recebidos acumuladamente, o imposto incidirá, no mês do recebimento ou crédito, sobre o total dos rendimentos, diminuídos do valor das despesas com ação judicial necessárias ao seu recebimento, inclusive de*

*advogados, se tiverem sido pagas pelo contribuinte, sem indenização. (grifei)*

Contudo, de acordo com o art. 62-A do RICARF (Portaria MF nº 256/2009), deve-se aplicar ao lançamento o Resp nº 1.118.429/SP, julgamento sob o rito do art. 543C do CPC. Na ocasião, o STJ decidiu que a tributação dos rendimentos recebidos acumuladamente deve ser calculada de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos. Veja-se:

**TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA.  
AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.  
PARCELAS ATRASADAS RECEBIDAS DE FORMA  
ACUMULADA.**

1. *O Imposto de Renda incidente sobre os benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado. Não é legítima a cobrança de IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente. Precedentes do STJ.*
2. *Recurso Especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543C do CPC e do art. 8º da Resolução STJ 8/2008. Resp 1.118.429/SP, julgado em 24/03/2010. (grifei)*

Do exposto, verifica-se que o Resp nº 1.118.429/SP versa exatamente sobre o caso dos autos, ou seja, rendimentos recebidos acumuladamente em decorrência de decisão judicial. Nesse caso, a incidência do imposto de renda deve levar em consideração as alíquotas vigentes à época em que os rendimentos deveriam ter sido adimplidos.

Ante ao exposto, voto por dar parcial provimento ao recurso para aplicar aos rendimentos recebidos acumuladamente as tabelas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido pagos.

*Assinado Digitalmente*  
Eduardo Tadeu Farah